

Nos tempos dos tigres: o indesejável transporte dos dejetos no Recife oitocentista.

Manuela Arruda dos Santos*

*Carniças, bichos mortos, imundícies eram
abandonadas perto das pontes ou nas praias,
[onde bando] de urubus realizavam o trabalho
de limpadores das ruas.*

Gilberto Freyre, Vida social no Brasil
nos meados do século XIX

Resumo: Este artigo trata da falta de salubridade como uma constante na paisagem das principais cidades brasileiras em meados do século XIX. Discutimos os relatos de cronistas e viajantes sobre a realidade cotidiana, em contraste com o ideário oriundo da Europa que, propagava a cidade como o "locus" de modernidade, civilidade e higiene. O Recife sofria nesse período, com sérios problemas oriundos do "inchaço" populacional e com um abastecimento de água insuficiente para atender a demanda crescente. A inexistência de um sistema de esgotamento fazia com que os dejetos e "águas servidas" produzidas no interior das moradias fossem removidos manualmente por escravos, exalando nas ruas um infecto odor. Um mal estar generalizado e cotidianamente denunciado nos jornais da cidade.

Palavras chave: Recife, higiene, sensibilidade olfativa

Abstract: This article to analyze with the salubrity lack as a constant in the landscape of the main Brazilian cities in middle of century XIX. We argue the narrative of cronistas and travellers on the daily reality, in contrast with the deriving ideário of the Europe that, propagated the city as "locus" of modernity, civility and hygiene. Recife suffered in this period, with serious deriving problems of the "population swell" and with a insufficient water supply to take care of the increasing demand. The inexistence of an exhaustion system made with that the dejections and "waters served" produced in the housings were removed manually by slaves, exhaling in the streets an infectum odor. One badly to be generalized and daily denounced in periodicals of the city.

Keywords: Recife; hygiene; olfativa sensitivity

Algumas explicações

Quando começo a apresentar a minha pesquisa sobre a presença do lixo, enquanto problema de ordem pública no Recife oitocentista, sinto uma certa apreensão. Primeiro por que – lixo- é uma designação genérica daquilo que não queremos por perto, ademais, é um assunto pouco atraente para a mídia¹. Enquanto que o meu objetivo é justamente trazer ao

* Mestranda em História, UFRPE; bolsista FACEPE.

¹ Um exemplo disso é a falta de atenção que a mídia tem dado ao projeto de lei que tramita na Câmara dos deputados, desde agosto de 2001, sobre a criação de uma política nacional de resíduos sólidos resultantes das atividades humanas. Entre as metas propostas por ele, estaria a implantação, em apenas dois anos, da coleta

centro da discussão um assunto relegado “a periferia” da pesquisa histórica, quando se trata dos estudos sobre as questões urbanas e seus desdobramentos ante a cruzada industrial de meados do século XIX. Na verdade, tento resgatar, sobretudo em relação à formação de uma sociedade burguesa e capitalista, as mudanças culturais que acompanharam as transformações políticas e econômicas. Esse período viu emergir uma nova concepção sobre “o corpo”, e a transformação a cerca da própria acepção da palavra. A expressão “corpo social” só aparece na forma como hoje a compreendemos a partir do decorrer do século XIX, o princípio da “biopolítica”² faz emergir um novo sentido para a noção de “corpo”. Isso por que até o século XVIII quando se fala em “corpo do rei”, não se estava referindo a uma metáfora e sim, a uma realidade política. A partir de então, o corpo a ser protegido já não deve ser mais o corpo da realeza e sim o corpo social, implicando em medidas de assepsia social. A eliminação dos doentes, controle dos contagiosos, exclusão dos delinquentes e degenerados, bem com a formação de toda uma pedagogia dos pobres, vai ganhar consistência, durante os oitocentos, chegando até nós, hoje.³

A afirmação das práticas higiênicas enquanto pedagogia é um assunto sobre o qual vale a pena refletir e, particularmente em termos históricos. O conceito de lixo é uma construção histórica e a higiene dos corpos, tal como nós a percebemos nos dias atuais é um fenômeno cultural. De acordo com a sociedade e a época, as atitudes em relação à higiene dos corpos, a maneira como está é praticada, seus alvos e suas formas não são constantes, mas mutáveis. Como fenômeno cultural e social, a higiene tem sua história, assim como seus próprios códigos, seus rituais, seus atores e seu palco. O historiador inglês Peter Burke, defende a escrita de “uma História social do lixo”, uma vez que inquirir sobre as práticas de descarte de lixo, é uma maneira de analisar o pensamento cotidiano de determinado grupo e, como este, lida com as representações acerca da higiene. O trabalho surgiu com o questionamento sobre um dos pontos dessa pesquisa que eu venho desenvolvendo. Como e onde era feito o descarte do lixo e das imundícies no Recife oitocentista?

seletiva obrigatória em todas as cidades com mais de cem mil habitantes. Sendo que tal projeto não é o único tramitando no congresso, sobre o assunto. Antes dele, dezenas de propostas que foram apresentadas à Câmara dos Deputados, se encontram “engavetados”, de acordo com as informações do Jornal do Comércio de Recife de 20 de março de 2002.

² O conceito de biopolítica engloba uma série de controles reguladores, bem como intervenções do poder que a partir do “corpo-espécie” vai se preocupar com as taxas de natalidade e mortalidade, os níveis de saúde, a duração média de vida. Este conceito foi exposto por Foucault, em sua aula proferida no Collège de France em 17 de março de 1976.

³ Essa discussão está presente no capítulo IX intitulado: saber-corpo, do livro: microfísica do poder, de Michel Foucault, p. 145-152.

Os tigres e os locais de descarte de lixo do Recife

Podemos dizer que o sistema de “esgotamento sanitário urbano” que vigorou no Brasil até a segunda metade do século XIX, foi o do “tigre”. “Tigre” era denominação dada as barricas e tonéis de madeira que acumulavam matérias fecais no interior das edificações. Quando atingiam o volume máximo, tais depósitos eram carregados por escravos que, se encarregavam de despejar o infecto conteúdo fora, nas praias, mangues, rios e quintais. Existiam duas modalidades de tigres: os com chapéu e os sem chapéu, ou seja, com tampa e sem tampa. A passagem desses recipientes e seus respectivos condutores pelas ruas de Recife, pode ser destacada como, no mínimo, constrangedora para a população de “bem” que era submetida a vários perigos; como o mal-cheiro oriundo das barricas, além do perigo do contato com seu conteúdo já que, o estado de conservação dos barris era precário e, constantemente, os mesmos desfaziam-se em plena via pública, sujando ruas e pessoas.

No princípio não havia impedimento quanto aos locais de depósito das imundícies e lixo doméstico, posteriormente, ficou proibido fazerem-se despejos em locais onde passasse o rio. Em edital da municipalidade, datado de 1843 e assinado por José de Barros Falcão Lacerda, em nome do presidente da província estabelecia locais determinados para o serviço, no centro do Recife. Sendo assim: na rua detrás do Teatro Velho, na Travessa do Alecrim, Travessa das Cinco Pontas, na de São José, no Cais do Lessa, no Beco do Capim, nas proximidades do Forte do Matos (por trás da casa do Borba), rua do Arsenal da Marinha (fundos do Beco Largo), e Porto das Canoas. Já para a freguesia da Boa Vista, os locais marcados seriam a Ponte Velha, no fim da rua dos Coelhos, Barreiras e rua da Aurora. (SETTE, 1949: 248). No entanto, a falta de recursos limitava a fiscalização, as matérias fecais continuavam sendo colocadas nos locais proibidos. Um exemplo de como essa prática perdurou, mesmo com os protestos dos médicos sanitaristas, temos o seguinte relato:

Anteontem, enquanto não encheu a maré, tarde, exalava-se do Cais 22 de novembro⁴, junto a ponte Sete de Setembro, o mais apurado perfume da municipalidade. Os selvagens africanos contando com a impunidade e com a relaxação dos agentes municipais, nem ao menos nesse dia desceram a rampa, para lançar na água o despejo que faziam e junto mesmo dessa ponte e sobre um monturo que se está formando ao pé do cais, despejaram os vasos. Isto deu-se em plena luz do dia e com escândalo e incomodo público. Já não é a primeira vez que tal sucede. Debalde se tem clamado contra isto, e feito ver que aquele lugar não é ponto de despejo público. Tem sido tempo perdido; não há nesse país uma autoridade que providencie a esse respeito. (JORNAL DO RECIFE, 02.01.01872).

⁴ Atual Avenida Marquês de Barros, bairro de Santo Antônio.

Outra narrativa interessante foi o fato presenciado por Joaquim Manuel de Macedo, autor do conhecido romance *A moreninha*, ocorrido em 1839 no Rio de Janeiro ("Ah! que não sei do nojo como o conte!" – dizia ele):

Pouco depois das 20 horas, subia pela rua do Ouvidor um sisudo inglês, trajando casaca preta, gravata branca e um chapéu patente, quando, subitamente, topou com um tigre que descia, levando um barril para despejar no mar. O pobre africano, ainda a tempo, recuou um passo; mas o inglês, que não sabia recuar, avançou outro. O tigre encostou-se à parede que lhe ficava à direita e o inglês, supondo-se desconsiderado por um negro que lhe dava passo à esquerda, honrou o pobre africano com um soco. Este, perdendo o equilíbrio pelo ataque inesperado, deixou cair o barril para diante e, naturalmente, de boca para baixo. O barril abismou em seu bojo o chapéu e a cabeça e inundou com o seu conteúdo a casaca, o colete e as calças do inglês. O negro fugiu acelerado e a vítima de sua própria imprudência, conseguindo livrar-se do barril, que o encapelara, lançou-se a correr atrás do africano, sacudindo o chapéu em estado indizível e bradando furioso: Pegue ladron! Pegue ladron! Mas, qual "Pega ladrão!", todos se arredavam do inocente e mal cheiroso negro que fugia, e ainda muito mais do inglês, tornado de tigre pela inundação que recebera. Foi geral o coro de risadas na rua do Ouvidor, àquela noite. (Jangada Brasil, 200: nº. 21. Fonte: extraído de <http://www.jangadabrasil.com.br/maio21/of21050b.htm>).

O tratamento dado as “águas servidas” era pauta de reclamações freqüentes, isso por que, outro, hábito cotidiano na cidade era o despejo dos penicos cheios de excrementos do alto dos sobrados, não perdoando o transeunte que passava distraído pelas ruas, a qualquer hora do dia ou da noite. Fala-se até que muitos moradores ficam a espreita por trás das janelas dos sobrados, esperando algum “desafeto” passar, para “honrá-lo” com os excrementos atirados pela janela. A situação era tão séria que, em 1831, a Câmara editou uma postura municipal que determinava que o arremesso de excrementos para a rua só poderia ser feito à noite, e isto mesmo com o aviso prévio três vezes seguidas:

- Água vai!... Água vai!... Água vai!... Quem fosse pego infringindo a norma, poderia pagar multa de 4\$000, além da indenização pelos prejuízos causados a vítima. No entanto, os banhos involuntários e mal-cheirosos continuaram marcando a paisagem recifense e, aterrorizando viajantes estrangeiros. Foi o que ocorreu com Charles Darwin que, em visita ao Recife em 1836, descreveu a cidade como suja, nojenta e enlameada, deixando claro que não sentiria saudades do lugar. (CARVALHO, 2002)

O medo das epidemias e as tentativas de implementação do sistema de esgotos no Recife

A abertura dos portos 1808 e o crescente deslocamento populacional do campo para a cidade, foram decisivos para o inchaço populacional do Recife. A medida que o Recife crescia, o transito de tigres aumentava e aumento da produção de “águas servidas” dificultava ainda mais o deslocamento destas do interior das casas, principalmente em casas que não

tinham quintal ou perto das quais não existia marés. “As condições higiênicas imã refletindo essa conseqüência de um péssimo sistema de eliminação das fezes e das águas sujas. Sobreudo quando das epidemias de cólera-morbo assaltaram o Recife, o anos de 1856 e 1859.” (SETTE, 1949: 249) Foram as constantes epidemias de cólera, bem como de outras calamidades que serviram de base pra a reformulação das noções de higiene. A lavagem de ruas, com a ajuda dos moradores, a pavimentação e drenagem de ruas, jatos de cloro em certas fossas, promulgações de instruções favoráveis à circulação do ar e da água, estão entre as tentativas de controlar as emanações maléficas. A água também ganha um papel de destaque dentro desse processo. “O banho” vai ser visto como uma defesa suplementar contra o contágio e, os governos vão incentivar essa prática, por meio da criação de banhos públicos, como uma tentativa de possível preservação.

“A água já não fragiliza as aberturas corporais, protege-as. Afasta ameaças ainda imprecisas e, sobretudo dinamiza as funções orgânicas acelerando a transpiração e a energia. Muito simplesmente, mudou de sentido em relação às antigas práticas dos tempos de peste: defende. Já não expõe a perigos, afasta-os. As autoridades, conscientes de que o banho tépido nem sempre é acessível insistem nas instruções, pelo menos nas abluções. [...] Mas os circuitos da água mudam, a ponto de modificar o imaginário urbano. O tema central já não é mais o da distribuição, é também o das evacuação. E o banho, não obstante as suas várias limitações sociais, está diretamente compreendido nesta rede.” (VIGARELLO 1985: 142-143)

A cólera reforçou os dispositivos que alteram a imagem da cidade, a cidade deveria ser drenada, tanto em superfície quanto em profundidade, por um sistema de canalizações debaixo da terra. Um relatório sobre a saúde pública, apresentado a Presidência da Província, em 1854 ressaltava o grave inconveniente do “transporte de excrementos em barricas” e, propunha a utilização de latrinas móveis e hermeticamente fechadas. Em 1858, houve a primeira tentativa para a organização de uma empresa que pudesse explorar o serviço moderno de esgotos no Recife. Tal feito foi realizado em 25 de dezembro, em acordo assinado com o engenheiro Carlos Luís Cambrone. O contrato previa o escoamento das águas servidas para o rio, por meio de canos de ferro ou grés. Já as matérias sólidas, seriam depositadas em caixas de madeira e revestidas de metal que, a empresa forneceria a cada domicílio, com capacidade para 10 pessoas em 15 dias. Após uma quinzena, esses depósitos seriam transportados a locais determinados em carros da empresa. A empresa também se ocuparia da coleta do lixo, os trabalhos começariam em 18 meses e seriam concluídos do prazo de cinco anos. Os contribuintes pagariam uma quantia anual pelo serviço.

A primeira tentativa malogrou e, em 1865 foi renovado o contrato com o mesmo engenheiro francês. Dentre as novas cláusulas, o Sr. Cambronne deveria assegurar a população “um sistema completo de limpeza e escoamento de matérias excrementais e águas servidas da cidade do Recife, nas casas existentes e nas que viessem a ser construídas.” (ARRAIS, 2004: 390). As obras teriam um prazo de quatro anos e seriam fiscalizadas pelo governo. Nos prédios e sobrados deveria constar pelo menos uma latrina em cada andar da edificação. Seriam construídas latrinas e mictórios públicos e a cidade seria dividida em três distritos: bairro do Recife, Santo Antônio e São José, e Boa Vista.⁵ O fato é que por volta de 1867, os jornais da cidade reclamavam que o projeto dos esgotos não havia saído do papel. A empresa Cambronne de limpeza e asseio da cidade do Recife não agradava a população que começou a apelidar de “Cambronne” os aparelhos de latrina, em alusão ao nome do dono da mesma. A empresa por sua vez, argumentava que a população não fazia utilização correta das latrinas, lançando panos, ossos, espinhas de peixe e outros resíduos de cozinha, obstruindo os canos e causando prejuízos.

Surgiu assim o sistema de esgotos, ao contrário das arquiteturas monumentais, o investimento em saneamento queria o investimento de uma maquinaria invisível. Também começaram a ser realizadas as primeiras tentativas de canalização da água para o uso em casas particulares. “A grande originalidade dessas instrumentações consiste um novo ator a uma representação também nova a ela: é o engenheiro que se encarrega da articulação das redes e não o arquiteto.” (VIGARELLO 1985:143). Dentro desse contexto, os médicos, ditos sanitaristas, ocuparam um papel fundamental, era em nome da medicina que se adentravam nas casas, para ver suas instalações, que se pautava o doente ou o criminoso. O trabalho desses profissionais vai tentar modificar velhos hábitos, com um projeto unificar da cidade por meio da ligação da rede esgotos, para dar vazão as águas servidas e os detritos produzidos no interior das residências.

A aparelhagem de esgotos funcionou de forma precária, durante a segunda metade do século XIX, tendo chegado a contribuir para a proliferação de surtos de contágio já que as latrinas sem manutenção e higienização adequadas, transformaram-se em focos de ratos e baratas no interior dos domicílios, o mal estado de conservação dos canos contaminava o solo, as descargas eram insuficientes. Só a partir de 1908, com chegada do sanitarista Saturnino de

⁵ Os preços das latrinas seriam estes: 3ª classe, 27\$000, pagos por quartéis vencidos, anualmente, por uma só latrina; por duas latrinas, 52\$000, e por três, 60\$000. Mais 6\$000 por aparelho excedente. A empresa teria preferência para a remoção do lixo dos domicílios. O sistema proposto era o mais aperfeiçoado então existente, exigindo dupla canalização, emprego de máquinas a vapor e adoção de aparelhos a sifão, semelhantes aos de Londres, com completo e abundante suprimento d' água.

Brito é o Recife vai ter de fato um sistema de esgotamento sanitário na área central. O discurso médico ganhava força e, a cidade entrava novamente em um “surto de modernização”, com o alargamento e calçamento de ruas, as obras de melhoramento do porto, etc. O Recife adentrava assim no século XX.

Referências bibliográficas:

- ALMEIDA, Maria Ângela de. **Posturas do Recife Imperial**. 2002. 317 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco. 2002.
- ARRAIS, Raimundo. **O pântano e o riacho**: a formação do espaço público no Recife do século XIX. São Paulo: HUMANITAS/ FFLCH/USP, 2004.
- BREMMER, Jan, ROODENBURG, Herman (orgs.). **Uma História cultural do humor**. Tradução de Cynthia Azevedo e Paulo Soares. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- CANNADINE, David (coord.). **Que é História hoje?**. Tradução Rui Pires Cabral; revisão do texto: Eda Lyra/ Lídia Freitas. Lisboa: Gradiva publicações, 2006.
- CARVALHO, Marcus Joaquim. **Liberdade**: rotinas e rupturas do escravismo no Recife (1822-1850). Recife: editora universitária, UFPE, 1998.
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Tradução de Maria Lourdes Menezes; revisão técnica de Arno Vogel. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- CORBIN, Alan. **Saberes e odores**: o olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Tradução, Ruy Jungmann; revisão e apresentação, Renato Janine Ribeiro. Vols. 1 e 2, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. 22ª edição em 2006.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 1987. 31ª edição.
- LYOTARD, Jean Facções. **A condição pós-moderna**. Tradução: Ricardo Corrêa Barbosa; posfácio: Silvano Santiago. 8ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004.
- MELLO, Virgínia pernambucano de. **Água Vai!**: História do saneamento de Pernambuco 1537-1837. Recife, Companhia Pernambucana de Saneamento- COMPESA, 1991.
- REIS, João José. **A morte é uma festa**. Ritos fúnebre e revolta popular NO Brasil do século XIX. São Paulo: companhia das letras, 1991.
- ROY, Porter. *História do corpo*. In: **A escrita da História**: novas perspectivas/ Peter Burke (org.); tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.
- SETTE, Mario. **Arruar**: história pitoresca do Recife antigo. 2ª ed. Livraria-Editora da casa do estudante do Brasil. 1949.
- SUSKIND, Patric. **O perfume**: história de um assassino. Tradução de Flávio R. Kothe. 24ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- VIGARELLO, Georges. **O limpo e o sujo**: a higiene do corpo desde a idade média. Tradução de Isabel du Seuil; revisão do texto: Antônio Moreira/ Joel Góes. Lisboa, Editorial Fragmentos Lda, 1985.